STJ00103838

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO
GUILHERME BONATO CAMPOS CARAMÊS

*Coordenadores*

# DIREITO EMPRESARIAL E O NOVO CPC

Belo Horizonte

EDITORA Fórum

2017

STJ00103838

© 2017 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho
Alexandre Coutinho Pagliarini
André Ramos Tavares
Carlos Ayres Britto
Carlos Mário da Silva Velloso
Cármen Lúcia Antunes Rocha
Cesar Augusto Guimarães Pereira
Clovis Beznos
Cristiana Fortini
Dinorá Adelaide Musetti Grotti
Diogo de Figueiredo Moreira Neto
Egon Bockmann Moreira
Emerson Gabardo
Fabrício Motta
Fernando Rossi
Flávio Henrique Unes Pereira
Floriano de Azevedo Marques Neto
Gustavo Justino de Oliveira
Inês Virgínia Prado Soares
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Juarez Freitas
Luciano Ferraz
Lúcio Delfino
Marcia Carla Pereira Ribeiro
Márcio Cammarosano
Marcos Ehrhardt Jr.
Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Ney José de Freitas
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Paulo Modesto
Romeu Felipe Bacellar Filho
Sérgio Guerra

EDITORA Fórum

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

D597 Direito empresarial e o novo CPC / Marcia Carla Pereira Ribeiro, Guilherme Bonato Campos Caramês (Coords.). – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

310 p.

ISBN: 978-85-450-0201-7

1. Direito empresarial. 2. Direito processual civil. I. Ribeiro, Marcia Carla Pereira. II. Caramês, Guilherme Bonato Campos. III. Título.

CDD 341.46
CDU 346.2

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; CARAMÊS, Guilherme Bonato Campos (Coords.). *Direito empresarial e o novo CPC*. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 310 p. ISBN 978-85-450-0201-7.

STJ00103838

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
**Coordenadores** ..... 13

PARTE I
DISSOLUÇÃO PARCIAL DAS EMPRESAS NO CPC

CAPÍTULO 1
APURAÇÃO DE HAVERES NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE
**Fábio Ulhoa Coelho** ..... 17
1.1 Introdução ..... 17
1.2 A data da resolução ..... 19
1.2.1 Morte de sócio ..... 20
1.2.2 Retirada imotivada ..... 21
1.2.3 Retirada motivada ..... 22
1.2.4 Recesso ..... 22
1.2.5 Exclusão extrajudicial ..... 23
1.2.6 Exclusão judicial ..... 23
1.2.7 Direitos do sócio desligado ..... 24
1.3 As metodologias de avaliação (art. 606) ..... 25
1.3.1 Impropriedade da avaliação econômica como critério legal ..... 26
1.3.2 O art. 607 do CPC ..... 28
1.4 Conclusão ..... 29

CAPÍTULO 2
LEGITIMIDADE NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL NAS SOCIEDADES CONTRATUAIS NO NOVO CPC
**Marlon Tomazette** ..... 33
2.1 Introdução ..... 33
2.2 As sociedades contratuais – o contrato plurilateral ..... 34
2.3 Da resolução da sociedade em relação a um sócio (dissolução parcial) ..... 37
2.3.1 A morte de um sócio ..... 38
2.3.2 Recesso ..... 38
2.3.3 Exclusão do sócio ..... 39
2.3.3.1 Exclusão de pleno direito ..... 39
2.3.3.2 Exclusão pela sociedade ..... 40
2.4 Apuração de haveres ..... 42
2.5 Ação de dissolução parcial de sociedade – duas pretensões no mesmo procedimento ..... 44
2.6 Legitimidade na ação de apuração de haveres ..... 45

2.7 Legitimidade na ação de dissolução parcial propriamente dita ..... 46
2.7.1 Morte do sócio ..... 46
2.7.2 Recesso ..... 47
2.7.3 Exclusão ..... 47
2.8 Referências ..... 48

CAPÍTULO 3
A LEGITIMIDADE ATIVA NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA, À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105, DE 16.3.2015)
**Sérgio Campinho, Mariana Pinto** ..... 51
3.1 Breves notas sobre a dissolução das sociedades limitadas ..... 51
3.2 A ação de dissolução parcial de sociedade como um procedimento especial do Código de Processo Civil de 2015 ..... 53
3.3 Uma crítica ao teor do *caput* do artigo 599 do novo Código de Processo Civil ..... 55
3.4 A legitimidade ativa na ação de dissolução parcial da sociedade limitada ..... 57
3.5 Conclusão ..... 66
Referências ..... 67

CAPÍTULO 4
DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL PARA RESOLUÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL OU SIMPLES POR ESPÓLIO OU SUCESSORES DE SÓCIO FALECIDO
**Sandro Mansur Gibran** ..... 69
4.1 Introdução ..... 69
4.2 Dos diferentes tipos societários ..... 72
4.3 Natureza jurídica da sociedade ..... 76
4.4 Considerações finais ..... 80
Referências ..... 81

PARTE II
PENHORA DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS, SEGURO-GARANTIA E ARBITRAGEM

CAPÍTULO 5
A PENHORA DE QUOTAS E AÇÕES NA LEI Nº 13.105/2015 – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
**Alexandre Ferreira de Assumpção Alves** ..... 87
5.1 Introdução e escorço histórico ..... 87
5.2 Síntese das alterações promovidas pelo Código de Processo Civil em relação a penhora de quotas e ações ..... 91
5.3 Inclusão das quotas de sociedade simples como bem objeto de penhora (art. 835, IX) ..... 92

5.4 Alteração do procedimento de liquidação e pagamento da quota, fixando prazo global de até 3 (três) meses para sua conclusão, permitindo, ainda, a dilação em situações específicas (art. 861, *caput* e §4º) ..... 93
5.5 Ampliação do direito de preferência aos acionistas de companhia fechada (art. 681, II) ..... 97
5.6 Extensão da sistemática de pagamento ao credor prevista no art. 1.026, parágrafo único, do Código Civil às ações de companhia fechada, com exclusão das companhias abertas (art. 861, III e §2º) ..... 99
5.7 Imposição de uma ordem de preferência para fins de pagamento ao credor (art. 861, *caput*, §1º e §5º) ..... 100
5.8 Possibilidade de a sociedade adquirir suas próprias quotas ou ações em caso de insucesso da oferta aos sócios (art. 861, §1º) ..... 102
5.9 Possibilidade de nomeação, a pedido, de um administrador pelo juiz para liquidação da quota ou da ação (art. 861, §3º) ..... 107
5.10 Previsão, como última alternativa de pagamento ao credor, de leilão judicial das quotas ou ações (art. 861, §5º) ..... 108
5.11 Aplicação do art. 861 à Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI ..... 109
5.12 Conclusão ..... 111

CAPÍTULO 6
A EFICIÊNCIA DA ARBITRAGEM E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
**Bruno Guandalini** ..... 113
6.1 Introdução ..... 113
6.1.1 Primeira: a preservação da confidencialidade da arbitragem pelo judiciário ..... 114
6.1.2 Segunda: a criação do mecanismo de comunicação árbitro-juiz ..... 117
6.1.3 Terceira: os novos casos de presunção de parcialidade do árbitro ..... 119
6.1.4 Quarta: a falsa oportunidade para que as partes repensem o mecanismo de resolução de disputas mais eficiente ..... 120
6.1.5 Quinta: a consolidação da eficiência no controle da jurisdição do árbitro ..... 122
6.1.6 Sexta: a redução dos custos de transação no controle da sentença ..... 124
6.1.7 Sétima: ineficiência gerada pelo oportunismo das tutelas de urgência ..... 125
6.1.8 Oitava: a concorrência do judiciário como fator incentivador da evolução da arbitragem ..... 126
6.2 Notas Conclusivas ..... 126

CAPÍTULO 7
O SEGURO-GARANTIA JUDICIAL E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: DA CONCEPÇÃO À EFETIVIDADE
**Gladimir Adriani Poletto** ..... 129
7.1 Introdução ..... 129
7.2 O seguro-garantia e a sua relação jurídica ..... 131

7.3 A evolução normativa do seguro-garantia judicial e o Código de Processo Civil de 2015 ..... 136
7.4 Conclusão ..... 146
Referências ..... 146

PARTE III
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA

CAPÍTULO 8
INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SUA APLICAÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO

**Roxana Cardoso Brasileiro Borges, Irena Carneiro Martins** ..... 151
8.1 Introdução ..... 151
8.2 Origem e desconsideração da personalidade jurídica: um breve apanhado histórico ..... 152
8.3 A assimilação da *disregard doctrine* no direito positivo brasileiro ..... 154
8.4 O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no CPC/2015 ..... 158
8.4.1 Pressupostos de admissibilidade ..... 159
8.4.2 Momento do pedido de desconsideração ..... 160
8.4.3 Legitimidade ativa e passiva ..... 161
8.4.3.1 Desconsideração e empresas do mesmo grupo econômico ..... 163
8.5 A aplicação do CPC/2015 ao processo do trabalho ..... 164
8.6 Considerações finais ..... 167
Referências ..... 168

CAPÍTULO 9
O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

**Oksandro Gonçalves, Helena de Toledo Coelho** ..... 171
9.1 Introdução ..... 171
9.2 A desconsideração da personalidade jurídica ..... 171
9.3 O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no novo CPC ..... 174
9.3.1 Estrutura legal do incidente ..... 175
9.3.1.1 Legitimados ..... 175
9.3.1.2 A desconsideração inversa ..... 175
9.3.1.3 Cabimento ..... 176
9.3.1.4 Citação ..... 179
9.3.1.5 Decisão: seus efeitos e recorribilidade ..... 181
9.3.2 Aplicação do incidente a todos os ramos do Direito ..... 182
9.4 Conclusão ..... 184
Referências ..... 186

CAPÍTULO 10
PERSPECTIVAS DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DO CPC/2015 E SUA APLICAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO
**João Glicério de Oliveira Filho, Bárbara Victória Müller Marchezan** ..... 187
10.1 Introdução ..... 187
10.2 Personalidade jurídica e desconsideração ..... 188
10.3 Perspectivas do incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no CPC/2015 ..... 191
10.3.1 Instrumentalização do direito material ..... 191
10.3.2 Respeito ao devido processo legal ..... 192
10.4 Aplicabilidade do incidente ao processo do trabalho ..... 195
10.5 Conclusão ..... 196
Referências ..... 197

CAPÍTULO 11
O VALOR DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NO NCPC E SUA PROTEÇÃO ATRAVÉS DA ATUAÇÃO COOPERATIVA ENTRE MAGISTRADOS (ANÁLISE DO ART. 69, §2º, IV)
**Sabrina Maria Fadel Becue** ..... 199
11.1 Introdução ..... 199
11.2 Preservação da empresa: um valor constitucional ..... 200
11.3 Sentido e alcance da cooperação no NCPC ..... 202
11.3.1 A cooperação judiciária interna orientada para preservação e recuperação da empresa ..... 204
11.4 Minoração de conflitos de competência através do diálogo e cooperação entre magistrados ..... 205
11.5 Síntese conclusiva ..... 207
Referências ..... 208

PARTE IV
NEGÓCIOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO 12
NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NAS RELAÇÕES SOCIETÁRIAS BRASILEIRAS: "QUANTO CUSTA O ÔNUS DA PROVA"?
**Marcia Carla Pereira Ribeiro, Giovani Ribeiro Rodrigues Alves** ..... 213
12.1 Considerações iniciais ..... 213
12.2 Os negócios jurídicos processuais ..... 215
12.3 Os negócios jurídicos processuais sob o viés do Direito Societário – limitação e aspectos positivos ..... 218
12.4 Pontos negativos e aspectos polêmicos ..... 223
12.5 Considerações finais ..... 226
Referências ..... 227

CAPÍTULO 13
TUTELAS PROVISÓRIAS E NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS EM MATÉRIA SOCIETÁRIA
**Gustavo Saad Diniz, Fernando da Fonseca Gajardoni** ..... 229
13.1 Impactos de uma nova codificação instrumental ..... 229
13.2 Facetas da tutela provisória ..... 231
13.3 Influência no direito societário ..... 233
13.3.1 Demandas originárias das relações entre os sócios ..... 234
13.3.2 Ordenamento patrimonial ..... 236
13.3.3 Ordenamento empresarial ..... 237
13.4 Impactos na arbitragem ..... 240
13.5 Negócios jurídicos processuais ..... 241
13.6 Conclusão ..... 244
Referências ..... 245

CAPÍTULO 14
OS NEGÓCIOS PROCESSUAIS E A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DOS CONTRATOS EMPRESARIAIS DE LONGO PRAZO
**Vinícius Klein, Matheus Vasconcelos** ..... 247
14.1 Introdução ..... 247
14.2 Negócios processuais no Novo Código de Processo Civil: apontamentos iniciais, regramento legal e limitações às convenções processuais ..... 248
14.3 O *design* dos contratos empresariais de longo prazo ..... 253
14.4 Os benefícios e os desafios da adoção das convenções processuais nos contratos empresariais de longo prazo ..... 260
14.5 Conclusão ..... 262
Referências ..... 263

PARTE V
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

CAPÍTULO 15
OS MECANISMOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 ORIENTADOS À INIBIÇÃO DA LITIGÂNCIA PREDATÓRIA NO ÂMBITO DA TUTELA À PROPRIEDADE INTELECTUAL
**Eduardo Oliveira Agustinho, Diogo Kastrup Richter** ..... 267
15.1 Introdução ..... 267
15.2 Sham Litigation: origem e conceituação ..... 268
15.3 A sistemática da tutela provisória no Código de Processo Civil de 2015 ..... 270
15.3.1 A Tutela de urgência no Código de Processo Civil de 2015 ..... 271
15.3.2 A Tutela da evidência no Código de Processo Civil de 2015 ..... 274

STJ00103838

15.4 A sistemática da tutela de urgência na lei da propriedade industrial .. 274
15.5 Uma releitura da responsabilidade objetiva como forma de combater a litigância predatória ... 275
15.5.1 Os princípios da boa-fé e da cooperação como normas fundamentais do Código de Processo Civil de 2015 ... 275
15.5.2 A cessação de efeitos da tutela de urgência e o consequente dever de indenizar como indícios de prática de litigância predatória nos casos envolvendo direitos de propriedade industrial ... 277
15.5.2.1 Quanto aos princípios ... 278
15.5.2.2 Quanto à indenização devida ... 279
15.6 Conclusão ... 280
Referências ... 280

CAPÍTULO 16
O IRDR SOB A PERSPECTIVA EMPRESARIAL
**Guilherme Bonato Campos Caramês, Gustavo Osna, Emerson Luís Dal Pozzo** ... 283
16.1 Introdução ... 283
16.2 Direito Comercial e Processo: previsibilidade e IRDR? ... 284
16.2.1 Direito Comercial e Segurança – calculabilidade e quebra de expectativa ... 284
16.2.2 Processo Civil e interesses seriais – o caminho ao IRDR ... 287
16.3 IRDR: duas perspectivas críticas ... 294
16.3.1 O incidente e as *Small Claims* ... 294
16.3.2 IRDR, participação e assimetria ... 297
16.4 Considerações finais ... 302
Referências ... 303

SOBRE OS AUTORES ... 307